

Congresso * 8 DEZ 1993

Quórum bem pago

■ Parlamentares poderão ganhar extra na revisão

ILIMAR FRANCO

Para garantir o quórum da revisão constitucional nos meses de janeiro e fevereiro, as lideranças pró-revisão estão defendendo o pagamento de uma ajuda de custo para deputados e senadores. O pagamento dos parlamentares, para que eles venham a Brasília votar as mudanças constitucionais, ocupou parte da reunião de líderes no gabinete do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Na reunião, foi bombardeada a tese do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), de prorrogar os trabalhos do Congresso sem pagamentos de extras.

"Tem que ter convocação extraordinária", defendeu o líder do PFL, deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA). "Sem isso, os parlamentares vão ficar desestimulados", emendou Lucena. Com a prorrogação dos trabalhos, preten-

dida por Inocêncio, o Congresso não teria nenhum gasto a mais com a revisão. Mas, se prevalecer a tese da convocação extraordinária, os gastos públicos adicionais com a revisão devem chegar a CR\$ 1,1 bilhão só com os salários dos parlamentares. O salário bruto dos deputados e senadores em dezembro é de CR\$ 885.688,16. Em janeiro, database dos servidores públicos federais, os salários de parlamentares devem pular para CR\$ 2.550.761,00.

O Congresso Nacional prorrogou até o próximo dia 14 o prazo de entrega de emendas à revisão constitucional. Até o início da noite de ontem, já haviam sido registradas mais de 5.000 propostas — muitas subscritas por parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento, como os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Pedro Irujo (PMDB-BA), Salatiel Carvalho (PP-PE), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e Osmânia Pereira (PSDB-MG).